

EDITAL nº 222/2022

EDITAL PARA EXAME DE SELEÇÃO PÚBLICA DE ACADÊMICOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO DEVIDAMENTE CONVENIADAS COM A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

A Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), por meio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pela Lei Federal nº 11.788/2008, pela Resolução CNMP nº 42/2009 e pela Resolução PGJ nº 48/2021, torna público que serão abertas as inscrições para a seleção pública destinada ao preenchimento de vagas de estagiários de pós-graduação em Direito e à formação de cadastro de reserva, nos termos deste Edital.

I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1. O processo seletivo realizar-se-á para estudantes de pós-graduação em Direito.
2. São pré-requisitos para a nomeação do candidato aprovado neste processo seletivo:
 - a) ser bacharel em Direito;
 - b) ser estudante de curso de pós-graduação em Direito em instituições de ensino devidamente registradas nos órgãos competentes e conveniadas com a Procuradoria-Geral de Justiça, cujo projeto pedagógico de curso de pós-graduação tenha previsão de estágio;
 - c) ter disponibilidade de 6 (seis) horas diárias, de segunda a sexta-feira no período da tarde;
 - d) ser estudante de curso de pós-graduação em áreas de conhecimento compatíveis com as atribuições da Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais, órgão do MPMG onde serão exercidas as atividades de estágio;
 - e) ter conduta compatível com o exercício das atribuições de estagiário do Ministério Público.
3. Todas as informações referentes a este processo seletivo serão divulgadas no Portal do MPMG, com acesso pelo link: <https://www.mpmg.mp.br/portal/menu/servicos/concursos-e-estagios/estagios/processos-seletivos.shtml>

II- DA OFERTA DE VAGAS

1. A seleção pública regulada por este Edital destina-se ao preenchimento de (01) uma vaga e formação de cadastro de reserva de **estágio de PÓS-GRADUAÇÃO em DIREITO** na **Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais** e em suas regionais (Coordenadoria Regional de Inclusão e Mobilização Sociais da Central e Coordenadoria Regional de Inclusão e Mobilização Sociais da Região

Metropolitana de Belo Horizonte) sediadas na Associação Mineira do Ministério Público, rua dos Timbiras, 2928, **em Belo Horizonte**, assim como à formação de cadastro de reserva, observando-se, para a classificação, o disposto no item VI deste Edital.

2. Fica reservado o percentual de 10% (dez por cento) das vagas que surgirem durante a validade deste processo seletivo às pessoas com deficiência, que, no momento da inscrição declararem tal condição e cujas atribuições a serem desempenhadas sejam compatíveis com as necessidades especiais de que sejam portadores.

2.1. Para concorrer a uma das vagas reservadas, o candidato deverá encaminhar cópia simples do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e laudo médico, expedido no prazo máximo de 12 (doze) meses antes do término das inscrições, que indique a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como à provável causa da deficiência e do qual conste expressamente que a deficiência se enquadra na previsão do art. 4º e seus incisos do Decreto n.º 3.298, de 20/12/1999 e suas alterações.

2.2. Poderá ser exigida a comprovação da condição de deficiência por meio de perícia realizada por junta médica oficial.

2.3. O tempo para realização das provas, e tão somente neste caso, a que pessoas com deficiência serão submetidas poderá, desde que requerido justificadamente, ser diferente daquele previsto para os demais candidatos, levando-se em conta o grau de dificuldade apresentado em decorrência da deficiência.

2.4. Ressalvada hipótese do item anterior, o candidato que se declarar com deficiência concorrerá em igualdade de condições com os demais candidatos.

3. Fica reservado o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas que surgirem durante a validade deste processo seletivo aos candidatos que se declararem negros.

3.1. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição na seleção de estágio, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

3.2. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do processo seletivo e, se houver selecionado ou contratado, será imediatamente desligado, sem prejuízo de eventuais sanções administrativas, cíveis e penais.

3.3. O candidato que optar por concorrer às vagas reservadas aos negros, ainda que aprovado dentro do número de vagas oferecidas à ampla concorrência, submeter-se-á a avaliação por comissão de avaliação, que emitirá parecer quanto à veracidade e correção da autodeclaração prestada no ato da inscrição, quanto à condição de pessoa preta ou parda e o fenótipo do candidato.

4. A convocação de candidatos classificados obedecerá, a cada dez candidatos, a seguinte ordem:
 - a) o primeiro, o segundo, o sexto, o oitavo, o nono e o décimo candidatos serão admitidos da lista de ampla concorrência,
 - b) o quinto candidato será admitido da lista de pessoas com deficiência;
 - c) o terceiro, o quarto e o sétimo candidatos serão admitidos da lista de negros.

5. Os candidatos com deficiência ou negros concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com sua classificação na seleção, sendo que:
 - a) os candidatos com deficiência ou negros aprovados dentro do número de vagas oferecido para a ampla concorrência não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas;
 - b) na hipótese de desistência de candidato com deficiência ou negro aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato classificado na posição imediatamente posterior;
 - c) na hipótese de não haver número de candidatos com deficiência ou negros aprovados suficiente para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação.

6. Após o prazo de inscrição, fica proibida qualquer inclusão ou exclusão de candidato das listas de pessoa com deficiência ou negros.

7. Os candidatos com deficiência ou negros participarão do processo seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que diz respeito ao conteúdo, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação das provas e à nota mínima para aprovação exigida para todos os demais candidatos, em todas as etapas.

III – DO ESTÁGIO

1. A jornada do estágio será de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.
2. As atividades de estágio, no âmbito do MPMG, são realizadas exclusivamente de forma presencial.
3. Fica assegurado ao estudante, integrante do programa de estágio do MPMG:
 - a) realização do estágio em áreas cujas atividades sejam correlatas ao seu curso de formação;
 - b) recebimento da bolsa-auxílio mensal, no valor de R\$ 1.086,00 (mil e oitenta e seis reais);
 - c) concessão de auxílio-transporte no valor de R\$ 9,00 (nove reais) por dia estagiado;
 - d) concessão de seguro contra acidentes pessoais;
 - e) recesso remunerado de 30 dias anuais, nos termos da Resolução PGJ nº 48/2021.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer a Resolução PGJ nº 48/2021 e este Edital.

2. O MPMG não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.
3. O estudante interessado deverá preencher o formulário de inscrição disponibilizado no endereço eletrônico <https://forms.office.com/r/cJz4MZSMZ1> , **no período de 11/04/2022 a 22/04/2022.**
4. Após o preenchimento do formulário eletrônico, o candidato deverá enviar através do e-mail cimos@mpmg.mp.br, colocando no assunto: **“SELEÇÃO DE ESTÁGIO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO”**, aos cuidados de Vanessa Cristina Pires, as seguintes informações:
 - a) Nome completo;
 - b) Número de documento de identidade (cujo original será usado para a realização da prova)
 - c) Endereço eletrônico (e-mail), telefones de contato e Whatsapp;
 - d) Instituição de ensino e curso em que está matriculado;
 - e) Informação da experiência, se possuir, com o nome da entidade, o período de atuação e a função assumida;
 - f) Indicação da experiência acadêmica, se possuir, com o nome da instituição, o período de atuação e a função assumida.
5. O candidato receberá a confirmação de inscrição, por e-mail, logo após o preenchimento do formulário eletrônico.
6. É de responsabilidade do candidato informar dados pessoais e escolares corretos.
7. Caso declare algum dado incorreto, o candidato poderá atualizar a informação, com o envio de novo formulário de inscrição.
8. Caso o candidato encaminhe mais de um formulário de inscrição será considerado o último envio, dentro do período de inscrição determinado neste Edital.
9. É de responsabilidade do candidato a manutenção do e-mail, telefone e dados curriculares atualizados, para viabilizar os contatos necessários, pelo e-mail estagio-inscricao@mpmg.mp.br .
10. A inscrição implicará o conhecimento e a aceitação das normas preestabelecidas do certame.
11. A constatação, em qualquer época, de irregularidades, inexatidão de dados ou falsidade de qualquer declaração na inscrição implicará a eliminação do candidato, cancelando-se sua inscrição e anulando-se todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

V – DA PROVA

1. O processo de seleção compreenderá

a) uma prova teórica, de caráter eliminatório e classificatório, composta por questão(ões) discursiva(s), envolvendo o seguinte conteúdo programático:

1 DIREITO CONSTITUCIONAL

- 1.1. Indivíduo, sociedade, nação, cidadão, Estado e governo.
- 1.2. Princípio republicano, democracia e participação social.
- 1.3. Dos princípios e dos objetivos fundamentais na Constituição da República Federativa do Brasil.
- 1.4. Dos direitos e garantias fundamentais.
- 1.5. Direitos sociais. Políticas públicas.
- 1.6. Do Ministério Público: organização, princípios, funções. Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei n.º 8.625/93).

DIREITO ADMINISTRATIVO

- 2.1. O direito fundamental à boa administração. Administração pública, boa governança (nacional/internacional) e accountability.
- 2.2. Administração Pública: conceito; elementos; Poderes do Estado; organização política e administrativa do Estado; administração pública e governo; entidades políticas e administrativas; órgãos e agentes públicos; natureza e fins da administração pública.
- 2.3. Administração indireta: autarquias, fundações públicas; empresas públicas e de economia mista; agências executivas e reguladoras; consórcio público; contratos de gestão.
- 2.4. Princípios da administração pública e princípios de direito administrativo.
- 2.5. Poderes e deveres da administração pública.
- 2.6. Atos administrativos e atividade administrativa.
- 2.7. Responsabilidade civil do Estado.

1. DIREITO MATERIAL COLETIVO

- 3.1. Direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. Fundamentos constitucionais e legais.
- 3.2. Direitos das pessoas em situação de rua: Decreto n. 7053/2009. Lei Orgânica da Assistência Social.
- 3.3. Direitos dos catadores de materiais recicláveis.
- 3.4. Direitos dos povos e comunidades tradicionais. Convenção OIT 169.
- 3.5. Direito ambiental:
 - 3.5.1. Lei da Política Nacional do Meio Ambiente.
 - 3.5.2. Espaços especialmente protegidos. Lei do SNUC.
 - 3.5.3. Licenciamento ambiental e estudo prévio de impacto ambiental.
 - 3.5.4. Competências ambientais. Lei complementar 140.
 - 3.5.5. Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos.
 - 3.5.6. Princípios do direito ambiental: participação, informação, poluidor-pagador, usuário-pagador, desenvolvimento sustentável.
 - 2.5.7. Lei Estadual n. 23.795, de 15.01.2021, que instituiu a política estadual dos atingidos por barragens.

4. DIREITO PROCESSUAL COLETIVO

- 4.1. Teoria Geral da Tutela Coletiva: Origens, desenvolvimento e concepções. Princípios e institutos. Microssistema. Ações coletivas: instrumentos gerais e específicos, espécies de tutela, legitimidade, causa de pedir e pedido, prova, competência, litispendência, conexão e continência, prescrição, intervenção de terceiros, decisões, coisa julgada, execução, etc.
- 4.2. Meios extrajudiciais de solução de conflitos e promoção da dignidade humana: instrumentos gerais e próprios do Ministério Público. Justiça preventiva e restaurativa. Acesso à justiça: acesso ao judiciário, acesso aos direitos, acesso aos bens.
- 4.3. Interesse e legitimação na atuação do Ministério Público na defesa dos interesses sociais, metaindividuais e individuais indisponíveis.
- 4.4. O Ministério Público como substituto processual na defesa dos interesses individuais: possibilidades, instrumentos e adequação.
- 4.5. Aspectos processuais e principiológicos da Lei de Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/1985).
- 4.6. Ação civil pública – Termo de ajustamento de conduta – Inquérito civil.
- 4.7. Procedimento para Instauração, Promoção e Implementação de Projetos Sociais (PROPS) – Resolução Conjunta MPMG PGJ CGMP nº 2/2013.

b) uma entrevista pessoal, de caráter classificatório e eliminatório, onde serão avaliados os seguintes critérios:

- a) Conhecimento técnico-jurídico e em relação ao Ministério Público;
- b) Fluência verbal e bom uso do vernáculo;
- c) Interesse e conhecimento em relação às atividades da Cimos;
- d) Postura profissional, proatividade, comprometimento, capacidade de trabalhar em equipe, habilidade em lidar com situações de imprevisibilidade e pressão.

2. A prova teórica e a entrevista serão realizadas em ambiente virtual, pelo aplicativo Microsoft Teams, devendo os(as) candidatos(as) providenciar os meios necessários para acesso à plataforma e sua participação.

3. A Prova teórica será realizada às 14h00 horas no dia 26/04/2022 (26 de abril de 2022), terça-feira, com duração de 02 (duas) horas, através do link: [Reunião no Microsoft Teams - Prova Teórica 26 de abril de 2022](#).

4. O acesso ao ambiente virtual será franqueado a partir de 20 (vinte) minutos antes do horário previsto para início dos trabalhos.

5. No dia da prova, caso ocorra algum problema para acesso ao link contido no item 3, poderá ser realizado contato com a CIMOS pelos telefones (31) 3295-6727, (31) 3295-6697 ou pelo e-mail timos@mpmg.mp.br, até o horário previsto para o início dos trabalhos;

6. O(a) candidato(a) deverá se identificar na plataforma virtual no formato: Nome completo – N° do RG. **A folha de resposta à prova escrita deverá ser identificada única e exclusivamente com o número de inscrição do(a) candidato(a), sob pena de exclusão.**
7. Para realização da prova teórica os candidatos devem estar munidos de caneta esferográfica azul ou preta e de 04 (quatro) quatro folhas de papel em branco, tamanho A4;
8. Não será admitida a entrada, no ambiente virtual, do candidato que se apresentar após o horário indicado para início da prova;
9. Será excluído do exame o candidato que:
- a) Se negar a ser identificado, nos termos do item 6;
 - b) se identificar pelo nome ou por outra forma que não seja o número de inscrição na folha de respostas;
 - c) se retirar do ambiente virtual durante a realização das provas sem a devida autorização;
 - d) for colhido em flagrante comunicação com outro candidato ou pessoa estranha, por escrito ou qualquer outra forma;
 - e) desrespeitar os aplicadores de prova, seus auxiliares, outra autoridade presente ou qualquer dos pleiteantes à vaga de estágio.
10. Caberá ao candidato fotografar ou digitalizar a sua resposta manuscrita às questões apresentadas, de maneira legível, e enviá-las para o endereço de e-mail cimos@mpmg.mp.br , tudo dentro do prazo máximo de realização da prova.
11. Os responsáveis pela seleção não se responsabilizam por eventuais falhas técnicas ou de conexão que venham prejudicar o acesso ao ambiente virtual ou o correto envio da resposta à prova.
12. As entrevistas pessoais serão realizadas em ambiente virtual, com os(as) candidatos(as) que forem aprovados(as) na prova escrita, em data e horário a serem informados aos candidatos por meio de mensagem eletrônica.
13. Será permitida consulta em qualquer fonte.

VI - DA AVALIAÇÃO E DA CLASSIFICAÇÃO

1. A nota atribuída à prova escrita variará de 0 (zero) a 50 (cinquenta) pontos, e a nota atribuída à entrevista pessoal variará de 0 (zero) a 50 (cinquenta) pontos.
2. Será considerada, na avaliação da prova teórica, a escrita de acordo com as regras da Língua Portuguesa.
3. Será eliminado o candidato que não obtiver o mínimo de 60% (sessenta por cento) em cada uma das etapas.

4. A classificação será composta pela ordem decrescente da pontuação obtida pelos candidatos aprovados, incluindo a entrevista, que formarão o cadastro de reserva obedecendo-se estritamente a essa ordem.
5. No caso de empate na pontuação, terá preferência o candidato que tiver maior idade, assim considerando ano, mês e dia de nascimento.
6. O resultado do processo de seleção será divulgado no Portal do MPMG.

VII – DOS RECURSOS

1. O recurso contra quaisquer atos ou resultados do processo seletivo deverá ser apresentado, fundamentadamente, pelo e-mail cimos@mpmg.mp.br, no prazo de 2 (dois) dias úteis subsequentes da publicação.
2. O recurso deverá indicar especificamente os motivos do pedido de reexame, podendo juntar documentos que entenda pertinentes.
3. O recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.
4. Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos, recursos de recursos ou recursos da classificação definitiva.

VIII – DA CONVOCAÇÃO E DA NOMEAÇÃO

1. O candidato classificado será convocado, observando-se a classificação, conforme disposto no item VI deste Edital.
2. A convocação oficial será feita pela Diretoria de Estágios e Convênios Acadêmicos por e-mail, utilizando-se o endereço eletrônico informado pelo candidato na inscrição.
3. Após convocação, o candidato terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para se manifestar, podendo aceitar a vaga ofertada ou desistir do processo seletivo e ser automaticamente excluído do cadastro de reserva.
4. Não será admitida a reclassificação do candidato para o último lugar do cadastro de reserva.
5. Será considerado desistente o candidato que não responder a convocação no prazo estipulado.
6. Caso o candidato seja convocado para vaga distinta da prevista no item II, poderá rejeitar a vaga ofertada, sem prejuízo de sua classificação no cadastro reserva.
7. É irretratável a desistência do candidato do processo seletivo.

8. Em caso de recusa ou desistência, poderá ser convocado para a vaga o candidato seguinte na ordem de classificação.

9. Caso aceite a vaga ofertada, o candidato deverá encaminhar ao e-mail estagio-nomeacao@mpmg.mp.br, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da convocação, os seguintes documentos:

- a) documento comprobatório atualizado de regularidade escolar, emitido pela instituição de ensino, com informação do tema e do prazo de duração ou data estimada para encerramento do curso de pós-graduação;
- b) comprovante de colação de grau no curso de Direito;
- c) cópia da carteira de identidade e do CPF;
- d) cópia de comprovante de endereço;
- e) exame médico admissional;
- f) comprovante de licenciamento profissional junto à Ordem dos Advogados do Brasil, caso tenha a inscrição;
- g) foto digital, 3x4cm, em formato JPG, fundo branco e resolução mínima de 200 dpi;
- h) número da conta corrente ou universitária no Banco Itaú.

10. Após apresentação dos documentos, deverão ser providenciados, preferencialmente por meio do Sistema Eletrônico e Informação:

- a) termo de compromisso e plano de estágio, a serem assinados pela instituição de ensino, pelo supervisor do estágio e pelo estagiário;
- b) formulário de solicitação de nomeação, conforme modelo disponibilizado pelo MPMG);
- c) declaração pessoal de disponibilidade de horário, inexistência de antecedentes criminais e compromisso de não-advocacia, conforme modelo disponibilizado pelo MPMG).

11. No prazo de 15 (quinze) dias, contados da convocação, a falta de qualquer dos documentos exigidos implicará a não nomeação do candidato aprovado e à desistência tácita, ocasião em que será chamado o candidato seguinte na ordem de classificação.

12. O prazo para conclusão do processo de nomeação poderá ser dilatado, a critério do responsável pela unidade para qual o candidato foi convocado.

13. As nomeações serão feitas para início das atividades, observados os prazos previstos na Resolução PGJ nº 48/2021.

IX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Para a solução de qualquer problema na inscrição ou convocação, o candidato deverá entrar em contato pelo e-mail estagio-inscricao@mpmg.mp.br ou pelo telefone (31) 3330-9996.

2. Para esclarecimento de dúvidas referente a realização da prova, incluindo correção e resultado, o candidato deverá entrar em contato pelo e-mail cimos@mpmg.mp.br ou pelos telefones (31) 3295-6727 e (31) 3295-6697.
3. O prazo de validade desta seleção pública é de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, contado da data da publicação do resultado final da seleção.
4. Todas as instruções, convocações e avisos relativos à seleção regida por este Edital serão divulgados na página do MPMG, por meio do *link* <https://www.mpmg.mp.br/portal/menu/servicos/concursos-e-estagios/estagios/processos-seletivos.shtml>
5. A inscrição implicará o conhecimento e a aceitação, por parte do candidato, do que determinam as legislações vigentes de estágio, os atos normativos da Procuradoria-Geral de Justiça do MPMG e este Edital.
6. A contratação de candidato aprovado dependerá da conveniência para o MPMG.
7. Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor do Ceaf.

Belo Horizonte, 7 de abril de 2022.

Elaine Martins Parise

Procuradora de Justiça
Diretora do Ceaf

Paulo Cesar Vicente de Lima

Promotor de Justiça
Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais
Responsável pelo Exame de Seleção Pública

Shirley Machado de Oliveira

Promotora de Justiça
Coordenadoria Regional de Inclusão e Mobilização Sociais da Região Metropolitana de Belo Horizonte
Responsável pelo Exame de Seleção Pública